

A Heráldica — ontem e hoje

Edison Mueller*

O *Brasão* é um sistema de identificação visual, em princípio de caráter pessoal e hereditário, que utiliza símbolos segundo determinadas convenções, basicamente dispostos sobre uma superfície delimitada à feição dos escudos defensivos antigos. Compreende a criação, a descrição em termos adequados, a garantia, à posse exclusiva e ao uso desse tipo de insígnia. O estudo do Brasão, também chamado *Armaria*, integrava as funções de um servo dos senhores feudais antigos, encarregado também de organizar determinadas cerimônias e a genealogia das famílias nobres — o *arauto*, título do qual se deriva, pela sua forma alemã, “Herold”, a denominação popular dessa Arte/Ciência — a HERÁLDICA.

Símbolos diversos foram usados desde tempos imemoriais para identificar, além de indivíduos e famílias, grupos políticos e unidades militares. Todavia, a Heráldica surgiu realmente — como um sistema permanente, complexo e submetido a regras convencionais de insígnias legadas dentro das famílias — do desenvolvimento da aristocracia militar da Europa Medieval.

A Heráldica emergiu portanto, no século XII, na Europa Ocidental, como solução prática à necessidade de identificação militar. Nessa época, quando o uso da cota de malha metálica foi gradualmente suplantado pelo uso da armadura de placas rígidas, também o capacete cônico, que deixava o rosto exposto, acabou sendo substituído lentamente por um elmo fechado, que tornava o guerreiro irreconhecível, até para o grupo de seus próprios seguidores, a “mesnada”.

Os senhores feudais começaram então a decorar os seus escudos defensivos com figuras e formas originais, simples, visíveis instantaneamente e memorizáveis com facilidade, em cores bem contrastantes. O único objetivo dessa decoração era estabelecer corretamente a identidade de quem portava o escudo, para prevenir engano de identificação. Pelo mesmo motivo, o guerreiro também passou a exibir a sua insígnia pessoal em flâmula atada à própria lança e na túnica de pano, a “cota d’armas”, usada por cima da armadura, como proteção aos rigores do tempo. Igualmente a capa protetora do seu cavalo de batalha, o “xairol”, ostentava a mesma insígnia ornamental.

A rápida difusão desse engenhoso e prático sistema de identificação,

* Do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

o *Brasão*, e o aparecimento inicial de símbolos convencionais e regras para seu uso deveram-se principalmente às Cruzadas, às justas e aos torneios, porque foi sobretudo nessas ocasiões que os senhores feudais juntos guerreavam os infieis ou participavam de combates simulados, nas festas populares normalmente organizadas pelos arautos.

A capacidade para identificar uma pessoa por seus emblemas heráldicos logo tornava-se comum, por isso, tanto ao soldado como a todas as classes da população. Em consequência disso, o uso de tais signos não demorou em estender-se a funções não-bélicas ou militares. À época das Cruzadas e mesmo nos tempos subseqüentes, o homem normal geralmente era analfabeto e, portanto, incapaz de identificar uma assinatura; podia reconhecer facilmente, porém, um emblema heráldico. Disseminou-se por isso o uso de brasões, gravados nos selos usados para identificar cartas e outros documentos, reproduzidos nas vestes e em tapeçarias, aplicados a utensílios e objetos pessoais, esculpidos na fachada e no interior de castelos e igrejas ou nas lápides sepulcrais.

O *brasão* tornou-se assim não só um modo de identificação, mas também, em face de seu íntimo vínculo com a aristocracia militar proprietária de terras (que incluía os ricos-homens e simples cavaleiros), um sinal de posição social superior. Em consequência disso, outras pessoas em cargos de autoridade, como os prelados, que não pertenciam necessariamente à nobreza e comumente não exerciam atividade militar, começaram a usar insígnias heráldicas — por conveniência e prestígio. Brasões foram também adotados, mais tarde, por pessoas não-integrantes da nobreza ou da classe militar, como os ricos burgueses patricios, na Itália; a burguesia, na França; os proprietários fundiários rurais, na Suíça, Áustria e Alemanha; e, nos séculos XVI e XVII, os abastados comerciantes da Inglaterra, etc. Igualmente passaram a usar brasões as *guildas* e outras corporações profissionais, as universidades, as sedes episcopais, as cidades, os municípios, os Estados nacionais, as empresas governamentais e privadas — e outros.

Depois de popularizar-se na Europa, a adoção e o uso de brasões divulgaram-se também por outros continentes (América, África e Austrália, principalmente), por influência dos sucessivos movimentos de colonização e imigração iniciados no Velho Mundo. Mas, após o fulgurante esplendor da Heráldica nos séculos XIV e XV, ocorreu simultaneamente o desastroso triunfo da iluminura sobre a ingênua e característica simplicidade de desenho e de colorido do primitivo brasão.

Seguiram-se séculos de profunda decadência no estudo e no uso das insígnias heraldicamente ordenadas. Apenas no decurso da segunda metade da última centúria dão-se, na Europa, graças a uma plêiade de idôneos heraldistas e pacientes pesquisadores, os passos decisivos do renascimento da Armaria como Ciência, como Técnica e como Arte.

Nas democracias industriais do século XX o Brasão evidentemente não possui mais a significação legal ou social dos tempos antigos; e nas

repúblicas, como o Brasil, onde não há nobreza oficial, a Heráldica infelizmente ainda desperta pouco interesse. É considerada apenas uma “ciência auxiliar da História”, definição essa que, entretanto, está muito aquém do seu verdadeiro e legítimo significado.

Ao observador atento e possuidor de noções do Brasão se revela bem — e de forma maravilhosa — quão marcante é, na vida moderna, apesar de inapercebida pelo leigo no assunto, a presença das longevas figuras heráldicas e do espírito dessa extraordinária Arte — na pintura, na escultura, na publicidade, na arquitetura, nos selos postais, na capas de discos, em livros e em revistas, nas placas de sinalização de trânsito, nas insígnias dos clubes, nas marcas comerciais, nos veículos de transporte, nas condecorações governamentais, na moeda circulante, nos rótulos de garrafas de vinho e de uísque, nas mercadorias expostas em um supermercado — até no invólucro de um simples picolé!

Ao longo dos séculos modificou-se, portanto, o significado social e legal dos escudos d’armas. Não se reduziu nem se apequenou, porém, o intrínseco e alto valor da Armaria como Ciência, como Técnica e como Arte. Por conseguinte, a Heráldica deveria ser estudada com seriedade não só nos cursos de História, mas integrar obrigatoriamente também os cursos universitários de Artes Plásticas, Belas-Artes e Educação Artística, à vista do uso intenso de símbolos heraldicamente ordenados, nos tempos modernos, em todo o mundo, e de sua irrefutável presença e enorme influência na nossa vida cotidiana.

